

CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES

TRIBUNAL PLENO

SESSÃO DE 07.11.2012

ITEM Nº 054

TC-000429/026/09

Município: Dumont.**Prefeito(s):** Adelino da Silva Carneiro.**Exercício:** 2009.**Requerente(s):** Adelino da Silva Carneiro - Prefeito.**Em Julgamento:** Reexame do Parecer da E. Primeira Câmara, em sessão de 02-08-11, publicado no D.O.E. de 16-08-11.**Advogado(s):** Wagner Marcelo Sarti, Artur José Teixeira da Silva, Lourenço Porfírio Belutti Junior e outros.**Acompanha(m):** TC-000429/126/09 e Expediente(s): TC-001021/006/10 e TC-021300/026/10.**Fiscalização atual:** UR-6 - DSF-I.

Trata-se de Pedido de Reexame interposto pelo Prefeito Adelino da Silva Carneiro, contra a r. decisão da E. Primeira Câmara¹ publicada em 30.6.2011, que, ao apreciar as contas relativas ao exercício de 2009, emitiu parecer desfavorável em razão da insuficiente aplicação de recursos do FUNDEB no exercício e com profissionais do magistério².

¹ E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em Sessão de 02 de agosto de 2011, pelo voto dos Conselheiros Fulvio Julião Biazzi, Relator, Antonio Roque Citadini, Presidente, e Eduardo Bittencourt Carvalho.

² De plano, a instrução dos autos demonstra o insuficiente investimento com os profissionais do magistério, o qual, inicialmente foi apresentado pela origem em 66,49%, e após a fiscalização, retificado para 51,64% pelo órgão instrutivo desta Corte, percentual posteriormente ratificado pelo setor de cálculos da Assessoria Técnica, dado o empenhamento da parcela de R\$ 455.582,31 nos 60% e de R\$ 121.383,31 nos 40% do FUNDEB, com recursos do exercício de 2008, fato este que a extensa quantidade de documentos enviados a esta Corte por ocasião da apresentação das alegações finais não logrou êxito em esclarecer, restando configurado o desatendimento do artigo 60, XII, do ADCT.

Para corroborar o juízo negativo das presentes contas, a instrução dos autos demonstra que, diante das exclusões efetuadas pela auditoria, também ratificadas pela Assessoria Técnica e não esclarecidas pela defesa, foi apurada utilização de 81,19% dos recursos do FUNDEB no período, não utilizando a parcela restante no primeiro trimestre do exercício subsequente, o que está em desacordo com o disposto nos artigos 21 e 22 da Lei Federal nº 11.494/07.

Inicialmente, o recorrente destaca os aspectos positivos de sua gestão, observados na decisão em reexame, entre eles, a redução dos gastos com pessoal nos dois quadrimestres seguintes ao que houve superação do limite, além da situação financeira e orçamentária equilibrada (fls.836/881).

Sobre o ensino, relembra que nas contas de 2007 foi constatada aplicação insuficiente de recursos no, cujo saldo residual alcançou os caçulos das contas de 2009 FUNDEB.

Pleiteia que retornem aos cálculos do ensino de 2007 a parcela de R\$ 576.765,62, alegando que foram auferidos naquele ano e, pelo princípio da anterioridade, não poderiam contaminar as presentes contas, rechaçando a anotação de que as despesas com recursos do FUNDEB teriam sido custeadas com verbas remanescentes do Fundo de 2008 (parcela diferida).

Reafirma que o empenhamento e controle das despesas da conta do FUNDEB 2009 foram regularmente planejados e processados de maneira correta, indicando em todos os contratos com que as despesas assumidas seriam cobertas a conta dos recursos repassados pelo FUNDEB no ano em curso.

Diz que o valor faltante para aplicação total do FUNDEB contido no voto combatido foi equivocado, passando de R\$ 576.965,62 para R\$ 464.610,91, tornando a aplicação dos termos da Deliberação TCA-24468/026/11 possível.

Atribui a insuficiente aplicação de recursos do FUNDEB no exercício a uma falha no lançamento dos pagamentos no sistema AUDESP, porque muito embora as despesas assumidas tenham sido empenhadas para serem custeadas com recursos de 2009, a Tesouraria erroneamente indicou a fonte de recursos como sendo proveniente de repasses do Fundo de 2008.

Alega que não possuía conta específica para abrigar a parcela diferida do FUNDEB, de modo que os recursos recebidos de 2008 foram movimentados juntamente com os recursos de 2009.

Relembra que a própria fiscalização indicou que a Prefeitura Municipal não utilizou os códigos de aplicação 264.2008 (60%) e 265.2008 (40%), demonstrando que não houve aplicação dos recursos do FUNDEB recebidos em 2008, no ano de 2009.

Assevera que o Executivo, por ocasião da execução orçamentária de 2009, aplicou a integralidade dos recursos recebidos no exercício, em atendimento ao princípio da anualidade, citando precedentes onde tal princípio foi observado nesta Corte.

Pleiteia ainda a apropriação em favor do FUNDEB de despesas empenhadas em outras Unidades Orçamentárias da Educação: com professores substitutos (R\$ 51.408,67); PASEP proporcional à folha de pagamento dos servidores (R\$ 31.198,84), mencionando precedente TC-1446/026/04; profissionais custeados pelo

ensino na parcela dos 25% que atuaram em favor do Magistério em 2009 (R\$ 95.201,87); além de R\$ 185.844,36, relativo à 40% da sobra do FUNDEB em 2008.

Sustenta, ao final, que se forem aceitos seus argumentos, a aplicação registrada na Educação seria de 30,55%, suplantando o mínimo necessário em 5,55%, ou seja, R\$ 487.986,27, destacando os índices legais obtidos nas demais áreas de atuação governamental.

O setor competente da Assessoria Técnica (fls. 886/893) entende que em relação à importância de R\$ 51.408,67 para apropriação de despesas com professores substitutos em favor do FUNDEB, que haviam sido empenhadas em outras Unidades Orçamentárias da Educação, como a parcela de R\$ 10.263,80 foi empenhada e paga com recursos próprios, não poderia agora ser considerada como recurso do FUNDEB investido na remuneração dos Profissionais do Magistério.

Da mesma forma, consigna que o restante R\$ 41.144,87 gastos com professoras substitutas, bem como o valor de R\$ 185.844,36, relativo à 40% da sobra do FUNDEB em 2008, decorrem de saldo residual do FUNDEB do exercício de 2008, razão pela qual não podem ser considerados como recursos do FUNDEB gastos em 2009.

Sobre o valor de R\$ 95.201,87, informa que se trata de despesas custeadas com recursos próprios da Municipalidade e não poderá ser considerado como recursos do FUNDEB investidos no Magistério.

Quanto ao PASEP, entende pertinente sua inclusão somente aos cálculos do ensino global e não da remuneração do Magistério, porque, nesse caso, consideram somente os encargos incidentes na folha de pagamento, o que não é o caso do PASEP, que é calculado com base na receita do Município entendimento corroborado pelo posicionamento do Ministério da Educação, encontrada em cartilha de orientações à Municípios, além do TC-2013/026/07.

Ao término de sua análise sobre o ensino, reitera os percentuais de aplicação acolhidos no r. Parecer em reexame.

Por último, atesta que os gastos com pessoal foram reduzidos no segundo quadrimestre de 2010 para 52,09%, conforme informações obtidas junto ao sistema AUDESP (fls.886/893).

Assessoria Técnica, Chefia de ATJ e SDG (fls. 894/899), pelos mesmos motivos, endossam a conclusão pelo conhecimento e improvimento do Pedido de Reexame.

Ato contínuo, o recorrente junta aos autos os memoriais de fls.903/947, e cópias de fls.950/994, endereçada ao Conselheiro Antonio Roque Citadini e fls.997/1006, à Auditora Substituta de Conselheiro Silvia Monteiro, reiterando os argumentos já apresentados, além de informar sobre o acolhimento, por este E. Tribunal Pleno, dos Embargos de Declaração opostos em face do Pedido de Reexame relativo às contas de 2008 (TC1964/026/08), em Sessão de 09/11/2011, alterando o parecer

desfavorável mantido em sede de reexame, para favorável à aprovação dos demonstrativos.

Sustenta que houve acolhimento das razões apresentadas naqueles autos por esta Corte, cuja falha seria idêntica à que ora se examina.

Assevera o atendimento aos preceitos legais de regência da matéria, repisando que, no ano de 2009, a Prefeitura Municipal empenhou e utilizou todos os recursos advindos do mesmo exercício, apresentando quadro de aplicação ensino indicando atendimento aos preceitos legais de regência da matéria (fls.955).

Pede consideração aos sensíveis problemas enfrentados pelos pequenos Municípios, e, sobretudo, ante as medidas tomadas Executivo, pleiteando a reforma da decisão impugnada, pugnando pela uniformização das decisões, sob pena de se estabelecer a insegurança jurídica.

Requer, ao final, o conhecimento e provimento do pedido de reexame.

O Setor especializado da Assessoria Técnica reitera seu posicionamento anterior, entendendo ser impossível o retorno, nos cálculos das despesas com recursos do FUNDEB, das exclusões feitas pela fiscalização relativas a despesas pagas com recursos de 2008, e não com os recursos recebidos em 2009 (fls.1010/1012).

Reafirma não ser possível dar guarida ao pedido para utilização dos termos da Deliberação nº TC-A-24468/026/11, eis que a falha recaiu sobre as despesas oriundas do Fundo para remuneração do Magistério, enquanto a Deliberação preceitua que suas considerações atingem apenas a análise da aplicação integral dos recursos do FUNDEB (Lei nº11.494/2007 – artigo 21, §2º).

Assessoria Técnica e Chefia de ATJ ratificam manifestações anteriores pelo improvimento do Pedido de Reexame (fls.1013/1015)

SDG entende que a situação verificada nas contas do exercício anterior (TC-1964/026/08) não é a mesma que ocorre nos presentes autos, destacando a ausência de elementos aptos a comprovar que os valores glosados pela fiscalização não pertenciam ao exercício de 2008, e, por conseguinte, que as exclusões levadas a efeito pela fiscalização foram indevidas.

Reitera que os cálculos feitos pelo setor especializado bem demonstram a existência de saldo remanescente do FUNDEB do exercício de 2008 no valor de R\$ 576.965,52, indevidamente computados nos percentuais de 2009, mantendo seu posicionamento pelo improvimento do Pedido de Reexame.

O recorrente obteve vista dos autos.

Os autos retornaram a SDG, para que se manifestasse acerca da redução do saldo diferido do FUNDEB durante os exercícios de 2008 a 2011.

Em resposta, o Sr. Secretário-Diretor Geral pondera que as contas do exercício de 2007, tratadas nos autos do TC-2435/026/07³, com obtenção de parecer favorável, deixaram um saldo residual do FUNDEB no valor de R\$ 572.798,13 (fls. 1021/1022).

Ainda, que nas contas de 2008, tratadas nos autos do TC-1964/026/08, esse valor foi inicialmente glosado - por referir-se a despesas de exercícios anteriores, mas posteriormente reinserido nos cálculos do FUNDEB, por ocasião dos embargos de declaração acolhidos na Sessão Plenária de 09.11.11, fazendo com que se revertesse o parecer até então desfavorável à aprovação daquelas contas⁴.

Sendo assim, a SDG considerou exaurida a questão referente àquele saldo residual de 2007, já que aproveitado no exercício seguinte, de 2008.

³ **TC-2435/026/07 - Prefeitura Municipal de Dumont - contas do exercício de 2007 - Relator Conselheiro Antonio Roque Citadini - E. Primeira Câmara em Sessão de 10.02.09**

"AS CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE DUMONT, RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2007, foram apresentadas com falhas de ordem formal, e as incorreções constatadas quando da inspeção "in loco", foram sanadas em parte, por ocasião da juntada da defesa.

Assim, considerando as manifestações unânimes dos Órgãos Técnicos da Casa e atendidos os índices constitucionais e legais, como por exemplo:

No ensino (art. 212 da CF) o percentual aplicado foi de 25,50%, das receitas de impostos, próprias e transferidas. Já dos recursos advindos do Fundeb (EC nº 53/2006), 73,88% dos recursos transferidos de outras esferas de governo para o município, e destinados aos Profissionais do Magistério.

Pessoal e reflexo: 46,01%;

Saúde: 16,34%; e

Execução Orçamentária: (+) 10,43%.

VOTO PELA EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL À APROVAÇÃO DAS CONTAS EM EXAME, EXCETUANDO-SE OS ATOS PORVENTURA PENDENTES DE APRECIÇÃO POR PARTE DESTA TRIBUNAL".

⁴ **TC-1964/026/08 - Prefeitura Municipal de Dumont - contas do exercício de 2008 - Relator Conselheiro Renato Martins Costa - E. Tribunal Pleno em Sessão de 09.11.11 - exame de Embargos de Declaração opostos contra a v. decisão proferida em Plenário, em Sessão de 06.04.11, negando provimento ao Pedido de Reexame interposto**

"...Em novo pronunciamento diante do acrescido (fls.352/358), SDG manifestou-se pelo conhecimento do apelo e, quanto ao mérito, entendeu que é possível acolher os argumentos do embargante, com fundamento no artigo 66 da Lei Complementar nº 709/934, enfatizando que, em situações excepcionais, esta Corte deu acolhimento a embargos de declaração com o fim de reverter pareceres desfavoráveis proferidos em virtude de deficiências no ensino (TCs 3125/026/03 e 2101/026/07).

(...)

Nesse sentido, considerou pertinente incluir as despesas com a reforma do anfiteatro no cálculo do Fundeb (R\$ 163.435,35), acolhendo, ao final, os percentuais de aplicação no magistério de 69,08% e despesas com verba do Fundeb de 97,96%.

Propôs, então, o acolhimento dos presentes embargos, sanando-se as impropriedades apontadas e, por consequência, modificando a r. decisão combatida, com a emissão de parecer favorável à aprovação das contas da Prefeitura de Dumont, relativas ao exercício de 2008, tendo em vista que restou demonstrado o atendimento aos artigos 60, XII, do ADCT e 21 e 22 da Lei Federal nº 11.494/07.

Quanto ao pleito de remanejamento de verbas da educação básica para o Fundeb, nos termos da Deliberação TC-A-024468/026/11, SDG considerou o procedimento desnecessário, tendo em vista que o percentual das despesas com verba do Fundeb atingiu 97,96% (fls. 359 e 361).

(...)

Outro aspecto que enseja o acolhimento dos embargos é a omissão de ponto sobre o qual a r. decisão embargada deveria ter, realmente, se manifestado.

Como constatou SDG (fl. 354), a decisão foi omissa quanto à aplicação no primeiro trimestre de 2008 do saldo diferido do Fundeb, relativo ao exercício de 2007.

Nesse sentido, reveja a questão para entender procedente a reintegração de tal montante no cálculo do Fundo, acolhendo como percentuais apurados 69,08% no magistério e 97,96% no Fundeb, considerando, assim, atendidos os artigos 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e 21, § 2º, da Lei Federal nº 11.494/079.

Diante do exposto, acolho os presentes Embargos de Declaração para o fim de, sanando os aspectos apontados, alterar a r. decisão combatida e corrigir os índices destinados ao magistério (69.08%) e Fundeb (97,96%), emitido-se, agora, parecer favorável à aprovação das contas da Prefeitura de Dumont, relativas ao exercício de 2008, tendo em vista que restou demonstrado o atendimento aos artigos 60, XII, do ADCT e 21 e 22 da Lei Federal nº 11.494/07.

E, com relação às contas de 2009, a fiscalização expurgou dos cálculos do FUNDEB, novamente e pela mesma razão, aqueles R\$ 572.798,13, fazendo com que o percentual constitucional do artigo 60, XII diminuísse de 66,49% para 51,64% (abaixo dos mínimos 60%) e a utilização integral, de 100% para 81,19%, abaixo dos mínimos 95% exigidos pelo § 2º, do art. 21, da Lei 11.494/07 (fls. 1035 e 1038).

Prosseguiu a SDG que, nesse contexto, cabe salientar que a glosa da fiscalização deu-se por ocasião do laudo fiscalizatório de fls. 21/66, aos 12.07.10, ao passo que a reinserção de referidos valores para fins de cálculo do FUNDEB do exercício de 2008 só se confirmou na Sessão do E. Tribunal Pleno de 09.11.11, quando do acolhimento dos sobreditos Embargos de Declaração.

Destarte, para a SDG, ainda que justificável à época da fiscalização, a exclusão em comento não merece subsistir, ante a efetiva utilização daqueles valores nos índices do FUNDEB do exercício de 2008.

E, ao invés da situação evidenciada às fls. 34 e 135, permanece inalterado o quadro de fls. 32 do relatório de inspeção, que indica 66,49% de aplicação com pessoal do magistério e 100% de utilização dos recursos recebidos do FUNDEB 2009.

Enfim, a SDG propôs o provimento do Pedido de Reexame, com o intuito de modificar a r. decisão combatida e, por consequência, com a emissão de parecer favorável às contas (fls. 1034/1035).

Em data de 06.11.12, chegou ao meu Gabinete o Expediente TC-39317/026/12, onde o Interessado reforça seus argumentos por meio de *memoriais*.

Aqui o Recorrente chama a atenção ao fato de que, na verdade, aplicou 5,85% além do percentual legalmente estabelecido para o FUNDEB.

Ainda, que a instrução havia se pautado pelo entendimento de que o Município teria aplicado no ano fiscalizados, recursos remanescentes do exercício anterior, quando, na verdade, isso não ocorreu.

Ademais, lembrou da posição adotada pela E.Corte, por ocasião da apreciação dos autos do TC-1964/026/08, sobre as contas de 2008 do Município, quando foi evocado o princípio da anualidade para aprová-las.

Também, que o pagamento de despesas empenhadas no exercício fiscalizado (2009), supostamente com recursos de 2008, decorreu de erro formal na indicação das fontes de recursos - exatamente como ocorrera em 2008 e ao final, com aval da SDG, relevada a falha pelo E. Plenário.

Realçou que a r. decisão do E. Plenário estabeleceu que o saldo residual do FUNDEB não poderia contaminar exercícios futuros - exatamente o que se pleiteia no recurso em apelo.

Consignou que há exaustiva demonstração documental no sentido de que no ano de 2009 foram gastos todos os recursos recebidos do FUNDEB no período compreendido entre janeiro e dezembro de 2012, restando na conta específica tão somente um saldo não aplicado de exercícios anteriores.

Entre os documentos juntados, anexou precedente desta E.Corte, nos autos do TC-1853/026/08 (Prefeitura Municipal de Piedade – contas do exercício de 2008 – Relator Conselheiro Cláudio Ferraz de Alvarenga – E. Primeira Câmara em Sessão de 25.05.10), cujo trecho de interesse segue adiante:

“Desses números, extrai-se a seguinte conclusão quanto aos recursos do FUNDEB em 2008 (ou seja, considerado o princípio da anualidade): o Município aplicou (R\$ 10.684.827,71) mais do que recebeu (R\$10.575.708,74).

Daí porque não me parece razoável reprovar as contas por suposta infração ao artigo 21 de Lei n. 11.474/07.

Acresce que, o saldo disponível em conta do FUNDEB, deve ser sempre zerado ao final do exercício; caiu de R\$ 168.846,10 para R\$ 97.105,43”.

Ao final, pediu o provimento de seu apelo.

É o relatório.

VOTO

Em preliminar:

O pedido de reexame preenche os requisitos da legitimidade de parte e tempestividade, estando adequado ao disposto nos artigos 70 e 71 da Lei Complementar nº 709/93 e artigo 159 e seguintes do Regimento Interno deste Tribunal. (O parecer combatido foi publicado no Diário Oficial do Estado de 16/08/2011, e o apelo foi protocolado neste Tribunal em 15/09/2011).

Dele conheço.

No mérito.

De acordo com o relatório de fiscalização, os recursos recebidos do FUNDEB no exercício 2009, somados às aplicações financeiras, totalizaram R\$ 3.067.929,84.

A Origem empenhou R\$ 2.039.751,59 (66,49%) na remuneração do magistério e R\$ 1.207.770,44 (39,376%) nas demais despesas, totalizando aplicação de 105,85%.

Ocorre que a fiscalização efetuou glosas nas despesas empenhadas, que foram acolhidas pela E.Primeira Câmara por ocasião do exame das contas, por considerar que foram pagas com recursos do FUNDEB advindos do exercício 2008, a saber: 60% do FUNDEB: R\$ 455.582,31; 40% do FUNDEB: R\$ 121.593,7, rebaixando os percentuais para 51,64% e 81,19%, respectivamente, culminando com a emissão de parecer desfavorável à aprovação das contas de 2009.

No entanto, em que pese a Assessoria Técnica entender que as alegações do recorrente para inclusão de diversas despesas no câmputo do FUNDEB não merecem acolhida, penso que a matéria possa ser examinada por um outro enfoque.

Analizando o histórico de aplicação dos recursos do FUNDEB desde as contas do exercício de 2007 (TC-2435/02607), observa-se que, naquele exercício foi apurado um saldo residual de aplicação de recursos oriundos do FUNDEB de R\$ 572.798,13. As contas receberam parecer favorável desta E. Corte.

No exame dos demonstrativos de 2008 (TC-1964/026/08), tal saldo, somado às aplicações financeiras, totalizou a quantia de R\$ 576.965,62 (fls.231 do Anexo II).

Ressalte-se que nas contas daquele ano, em sede de Embargos de Declaração, este E. Tribunal Pleno, em Sessão de 09/11/2011, alterou o parecer desfavorável mantido em sede de reexame, para favorável à aprovação dos demonstrativos, tendo sido ali consignado a reintegração das despesas impugnadas no exercício de 2008 para o câmputo de 2007.

Ocorre que, conforme mencionado, no exercício de 2009, há indicação da fiscalização de que o saldo remanescente de recursos do FUNDEB do exercício de 2008 foi de R\$ 576.965,62, conforme apuração de fls.232 do Anexo II.

Contudo, também há indicação nos autos de que esse saldo residual, ao final de 2009, foi reduzido para R\$ 464.610,91⁵, denotando que a Prefeitura Municipal, além de despender montante equivalente os recursos oriundos do FUNDEB de 2009, ainda reduziu aquele saldo residual encontrado no início do exercício.

Tal informação foi confirmada no relatório das contas do exercício de 2010 (TC-2827/026/10), constando expressamente (fls.39):

“Conforme pode ser observado no Boletim de Bancos da Tesouraria, o saldo depositado na conta do FUNDEB em 2009 livre para aplicação (R\$ 464.640,91) foi o mesmo de 2010 (docs. às fls. 89/95 do Anexo).”

Desta forma, resta claro nos autos que em 2009, foram gastos recursos do FUNDEB em patamares superiores aos apurados nos demais exercícios, eis que houve redução do saldo residual transferido de 2008.

⁵ Quadro das Despesas de Aplicação no Ensino de 2009

Também serve de atenuante e corrobora a veracidade do raciocínio aqui exposto o fato de que já nas contas do exercício de 2011 (TC-1299/026/11), houve apontamento da fiscalização de que o saldo residual do FUNDEB foi reduzido no exercício de 2011 (R\$ 280.000,00).

Aliás, nesse mesmo sentido, verifica-se que em atendimento à recomendação proposta pelo i. Secretário Diretor Geral em sua manifestação favorável ao acolhimento dos Embargos de Declaração das contas de 2008, aceita por este E. Tribunal Pleno em 09/11/2011, para que o Município aplicasse a “*diferença faltante por ocasião da publicação do juízo da conta*”, a Administração efetivamente aplicou todos recursos oriundos do FUNDEB de exercícios anteriores, conforme pode-se observar no quadro de fls.26/27 do relatório de fiscalização das contas do exercício de 2011, não restando saldo remanescente após 31.01.2012.

Nesse sentido, lembro que, a exemplo do decidido nos autos do TC-260/026/09⁶, foi determinado ao Executivo de Iperó, no exame das contas de 2009, que providenciasse a aplicação do saldo de 2007 do FUNDEB, não tendo este valor influenciado nos cálculos do exercício de 2009.

Diante do exposto, voto pelo **PROVIMENTO** do pedido de reexame, para o fim de ser alterado o parecer combatido, fixando, desta feita, os gastos com Magistério em **66,49%** e **aplicação total** dos recursos do FUNDEB no exercício, emitindo-se novo parecer, agora favorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Dumont relativas ao exercício de 2009, mantendo-se as determinações e recomendações antes efetuadas.

GC.CCM-23/25

⁶ **TC-260/026/09 – Prefeitura Municipal de Iperó – contas do exercício de 2009 – Relator Conselheiro Renato Martins Costa – E. Segunda Câmara em Sessão de 14.12.10**

Quanto às Despesas com Educação, revelaram-se cumpridas as prescrições legais relativas ao ensino global, magistério e aplicação dos recursos do Fundeb. Sobre esse último aspecto, restou esclarecido, com as razões apresentadas pelo Prefeito, que o saldo residual advindo de 2007 permaneceu em conta vinculada, sendo que a Administração providenciou a abertura de crédito adicional para regular utilização da quantia pendente no decorrer do exercício de 2010, conforme se verifica dos docs.05 e 06.1 Sendo assim, a implementação de tal medida deverá ser verificada pela Auditoria na próxima fiscalização.